



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 1/2010 -----

-----Aos cinco dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 04 de Janeiro de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.008.347,09 € (Um milhão, oito mil, trezentos e quarenta e sete euros e nove cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

ASSUNTOS

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

-----O Presidente da Câmara deu início ao período Antes da Ordem do Dia cumprimentando, e desejando a todos os presentes um Bom Ano de 2010.-----

2.2 – INTERVENÇÃO DA VEREADORA TELMA MARTINHO-----

2.2.1 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES EM REUNIÃO DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009-----

-----A Vereadora Telma Martinho referiu-se à questão levantada pelo Vereador Mário Alves, em reunião da Câmara Municipal de 10 de Dezembro de 2009, quando este disse “ter tido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

conhecimento de que o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas tinha usado o nome da Câmara Municipal para justificar o não pagamento de algumas dívidas, que porventura tivessem a alguns fornecedores”. Referiu igualmente que, “em reunião da Câmara Municipal de 22 de Dezembro de 2009, o senhor Vereador Mário Alves pediu para que, em seu nome se apresentasse um pedido de desculpas àquele Agrupamento de Escolas, porque tinha utilizado indevidamente o nome do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, uma vez que não era o Agrupamento, mas sim a Escola Secundária de Oliveira do Hospital”. Prosseguiu referindo que “obviamente, sendo a instituição onde eu trabalho, falei com o Director da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, e, em seu nome, quero dizer que, de facto nunca foi tecido nenhum tipo de comentário a este nível, e que as dívidas que a Escola Secundária tem, neste momento, são dívidas consideradas normais para aquela instituição, e que, pelo contrário, sempre que se tem referido à Câmara Municipal tem-no feito de forma elogiosa pelo comportamento e pelas atitudes que tem tido para com a Escola”. Concluiu referindo que “há aqui uns desvios de informação que não percebo, mas deixo aqui este esclarecimento, já que, segundo o Director da Escola não corresponde à verdade”.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves tomando uso da palavra referiu lamentar “que o senhor Director da Escola Secundária não controle o que se passa naquela estrutura”, esclarecendo que “eu não referi, nem aqui, nem em lugar algum, que foi o senhor Director da Escola que fez menção disso. E portanto, se o senhor Director não controla, que passe a controlar, pois foi para isso que ele foi eleito.”-----

-----O Presidente da Câmara informou que, na altura em que o Vereador Mário Alves se retratou em relação ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, contactou o senhor Director da Escola no sentido de lhe dar conta das declarações proferidas por aquele responsável, em reunião de executivo de 22 de Dezembro de 2009, entendendo no entanto que “com certeza que o senhor Vereador Mário Alves quando estiver com o Presidente daquele Agrupamento de Escolas resolverá e falará sobre esse assunto.”-----

-----A Vereadora Telma Martinho esclareceu que também não referiu que o senhor Vereador Mário Alves disse que foi o senhor Director da Escola a dar-lhe a informação. Entende no entanto, que “sendo o Director da Escola o representante máximo da instituição, seria com ele, obviamente, e em primeiro lugar, que ela falaria”. Salientou ainda que “o senhor Director da Escola afirmou ainda que, este tipo de declarações passaria sempre por ele. Qualquer declaração de outros elementos não seria de todo do seu desconhecimento. E portanto, alguma fuga de conhecimentos, aqui haverá.”-----

-----O Presidente da Câmara referiu que “nem todas as pessoas que falem de uma instituição a vinculam. Quem a vincula são as pessoas responsáveis por ela, mas penso que é um caso que já está esclarecido”.-----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que não pôs em causa o relacionamento das instituições, mas sim a utilização abusiva do nome das instituições, referindo que é por essa razão que entende que, se o senhor Director da Escola não controla este tipo de situações, terá que passar a controlar, uma vez que quem emite os cheques e efectua os pagamentos não é o Director da Escola.-----

-----O Presidente da Câmara referiu acreditar que nenhuma das Escolas tem qualquer interesse em denegrir a Câmara Municipal, salientando que a autarquia, em termos de pagamentos, irá continuar a agir da mesma forma que o anterior executivo.-----

-----O Vereador Mário Alves salientou que “a intenção de quem o fez não foi vincular o actual executivo, mas sim o anterior executivo”, esclarecendo de que foi por essa razão que aqui apresentou este assunto.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3 - ORDEM DO DIA -----

3.1 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) - INSTITUIÇÕES:-----

-----A -1) ASSOCIAÇÃO PROGRESSIVA DE SANTO ANTÓNIO DO ALVA -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Progressiva de Santo António do Alva, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio às obras de reabilitação de uma fracção de um imóvel doado àquela Associação, tendo em vista a criação de um espaço destinado exclusivamente a actividades desenvolvidas pelo Grupo de Mordomos de Santo António do Alva. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves tomando uso da palavra questionou o Presidente da Câmara relativamente à forma como vai ser feita a fiscalização da aplicação da verba ora proposta, e bem assim se a Associação Progressiva de Santo António do Alva tem ou não disponibilidade financeira para avançar com a obra só com os 5.000,00 € (Cinco mil euros) ora propostos pelo Presidente da Câmara, quando o valor orçamentado para a mesma é de 25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros). Disse ainda que “estar a atribuir uma verba no montante de 5.000,00 € (Cinco mil euros) sem haver a garantia de que a obra vai ser executada, estamos a entrar em contradição com aquilo que aprovamos na última reunião relativamente à aplicabilidade dos fundos que a autarquia atribuiu. -----

-----O Presidente da Câmara referiu entender que o valor proposto é apenas uma pequena participação, e que, do que pode apurar na reunião que teve com os Mordomos de Santo António do Alva, julga que a Associação Progressiva de Santo António do Alva terá condições financeiras para realizar a obra em causa. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu ter conhecimento do assunto em apreço, uma vez que, na qualidade de sócio da Associação Progressiva de Santo António do Alva esteve presente na última Assembleia-Geral daquela associação, em que foi analisada a aceitação da referida doação, tendo os sócios deliberado, por unanimidade, aceitar a mesma, manifestando a sua disponibilidade para, conjuntamente com os Mordomos de Santo António do Alva, e algum apoio da Câmara Municipal, colaborar na realização de obras naquele espaço. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu ainda entender que “a Câmara Municipal não deve disponibilizar qualquer montante, sem que a obra esteja devidamente licenciada, sob pena de estarmos a criar situações de irregularidade atribuindo subsídios para obras que, em termos de licenciamento, não processam o circuito normal. Naturalmente que, deverá a Câmara, se assim o entender o seu Presidente, dar apoio em termos de Serviços Técnicos e posteriormente isentar do pagamento de taxas, caso elas venham a existir” -----

-----O Presidente da Câmara aceitou a sugestão apresentada pelo Vereador Mário Alves, a qual, como referiu, irá transmitir à Associação Progressiva de Santo António do Alva. -----

-----Submetida à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**A -2) CENTRO SOCIAL DE ALDEIA DAS DEZ**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Centro Social de Aldeia das Dez, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio à aquisição de uma viatura de nove lugares, lembrando a necessidade do actual executivo “ter um regulamento que vise a atribuição de subsídios às IPSS’s para aquisição de viaturas, fixando princípios iguais para todos”.-----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra deu conta de que “o princípio sempre existiu, e era precisamente o de atribuir 5.000,00 € (Cinco mil euros) às instituições, com menção do apoio na viatura, sendo que, em algumas circunstâncias eram atribuídos 7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros)”. Lembrou no entanto que a Câmara Municipal no anterior mandato já havia apoiado o Centro Social de Aldeia das Dez na aquisição de uma viatura, sugerindo que, nestes casos, se averigue se aquilo que pretendem é adquirir mais uma viatura, ou se é apoio para aquisição de uma viatura com vista à substituição daquela que foi objecto de apoio mas que se encontra inoperacional.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que não disse que “não existiu princípio”, mas sim que entendia que o actual executivo deveria ter um regulamento para estes casos, pois considera que a Câmara Municipal não deve efectivamente apoiar a mesma instituição, anualmente, a adquirir uma viatura.-----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu igualmente de que foi por essa razão que informou que a Câmara Municipal já havia apoiado o Centro Social de Aldeia das Dez na aquisição de uma viatura, ou seja, para que se averigue se o apoio é para substituir a que já foi objecto de subsídio, por inoperacional, ou se é para aquisição de uma nova viatura.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes tomando uso da palavra referiu que, daquilo que conhece das instituições de solidariedade social, “é que, muitas delas, devido ao aumento de serviços prestados na instituição, muitas vezes necessitam de reforçar o seu parque automóvel”. Entende no entanto que o Centro Social de Aldeia das Dez não solicitaria apoio para aquisição de uma nova viatura se efectivamente não necessitasse dela, uma vez que ainda terá que dispor de um valor significativo para a sua aquisição.-----

-----O Presidente da Câmara informou que irá entrar em contacto com o Centro Social de Aldeia das Dez a fim de averiguar se o apoio solicitado é ou não para aquisição de uma nova viatura, reiterando a sua proposta acima efectuada.-----

-----**Submetida à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta, condicionada à apresentação de factura, devendo a viatura fazer menção ao apoio do Município de Oliveira do Hospital.**-----

3.2 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.2.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.2

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 21 e 30 de Dezembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.3 - TRANSPORTES - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTOS -----

D.A.G.F./DOC.3

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto no nº 3 do artigo 5º do Regulamento de Utilização dos Autocarros Municipais, isentar as entidades constantes na informação, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, do pagamento de 50% das tarifas devidas pelos serviços prestados, constantes do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas da Câmara Municipal, relativamente a transportes concedidos no período compreendido entre 1 de Junho de 2008 e 30 de Junho de 2009.-----

3.4 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----3.4.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 21 de Dezembro de 2009 e 4 de Janeiro de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----3.4.2 - ARS CENTRO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO – REUNIÃO -----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião que teve com o Presidente da Administração Regional de Saúde – ARS Centro, Dr. João Pedro Pimentel, no passado dia 23 de Dezembro de 2009, em Coimbra, salientando que de entre os assuntos agendados para a mesma esteve também em análise o manifesto apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, na última sessão da Assembleia Municipal, sobre a falta de médico naquela freguesia há já dois anos. Deu igualmente conhecimento de que, nessa reunião, ficou acordado que ainda durante este mês de Janeiro o Administrador da ARS Centro efectuará uma “visita oficial” ao concelho de Oliveira do Hospital, e bem assim a promessa de que brevemente haverá um reforço do pessoal médico em Oliveira do Hospital. Disse ainda que esse reforço será efectuado através de um “projecto-piloto a desenvolver na zona Centro”, que contará com o acolhimento de dois médicos cubanos, em que o Município de Oliveira do Hospital apenas assumirá as respectivas despesas de alojamento. Mais informou que um dos referidos médicos será colocado ainda durante o mês de Janeiro para substituir o falecido Dr. António Vaz Correia, lembrando que existem vários médicos cubanos a trabalhar no Alentejo.-----

----- Mais informou que nessa reunião estiveram ainda em análise um conjunto de assuntos relacionados, quer com a Extensão de Saúde de Avô, quer com a Fundação Aurélio Amaro Diniz, salientando que “vim satisfeito com a reunião. Agora, espero é que se passe das palavras aos actos.”

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----3.4.3 - CCDRC - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO – REUNIÃO -----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara deu igualmente conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

teve lugar no passado dia 30 de Dezembro de 2009, visando a análise do PROT-Centro - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro. Mais referiu tratar-se de um documento que ainda se encontra em fase de conclusão, mas considera que será um instrumento “estratégico e de grande influência na nossa zona”. Disse ainda que foi criada uma comissão relatora com vista à recepção de alguns contributos para a elaboração do relatório final, e que, do que pode verificar “é um documento que, na minha opinião, apesar de poder vir a ser melhorado, está muito bem elaborado e contém muita informação sobre Oliveira do Hospital”. Referiu também que este Plano Regional aponta os Municípios de Oliveira do Hospital, Seia e Covilhã, como uma zona central de grande potencial em termos de desenvolvimento, “empurrando” sempre Oliveira do Hospital para a Serra da Estrela em termos de organização do território. Informou no entanto que o referido Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro se encontra em apreciação pública. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----O Vereador Mário Alves interveio referindo que este assunto já se arrasta há cerca de 7 anos, salientando que de nada serve elaborar Planos e definir metas/ objectivos se depois lhe falta aquilo que entende ser a base fundamental e a essência de qualquer Plano, que é a sustentabilidade económica. Disse ainda que “eu gostaria era de ver nesse Plano, o que é que vai ser apoiado, de onde é que vem o dinheiro que é para apoiar e como é que se vai dar andamento às soluções preconizadas no Plano”. Referiu igualmente que “é um Plano que já se arrasta há 7 anos e que em termos práticos e objectivos não tem tido qualquer sequencialidade”. Concluiu referindo que, até prova contrária, continua a olhar para este tipo de Planos com muito cepticismo. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que, na sua opinião, quem elaborou o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro deu grande importância a Oliveira do Hospital, em termos geográficos, lembrando que há concelhos que têm tido “mais importância a este nível que Oliveira do Hospital, quando não a têm”, sublinhando que “este Plano demonstra claramente a importância que Oliveira do Hospital tem, relativamente a outros municípios”. Concluiu referindo que iria remeter cópia do documento em apreço a todos os vereadores, para se pronunciarem sobre o mesmo, sublinhando que, entretanto, poderão também remeter alguns contributos, uma vez que a Câmara Municipal poderá enviar sugestões de alteração à sua redacção, até ao próximo dia 15 de Janeiro de 2010. -----

-----O Vereador Mário Alves afirmou ainda que “ficarei muito satisfeito se o meu cepticismo for contrariado pela parte contrária”. -----

-----**3.4.4 - COMISSÃO MUNICIPAL DA PROTECÇÃO CIVIL – REUNIÃO**-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara deu ainda conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da Comissão Municipal da Protecção Civil, que teve lugar no passado dia 29 de Dezembro de 2009, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**3.4.5 - COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – REUNIÃO**-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara deu também conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que teve lugar no passado dia 29 de Dezembro de 2009. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.4.6 - LEGADO DO PROF. VIRGÍLIO HALL DA FONSECA -----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara informou a Câmara Municipal de que, no passado dia 29 de Dezembro de 2009, se deslocou a Estremoz, conjuntamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagos da Beira a fim de receberem do Advogado responsável pelo processo, o legado do Prof. Virgílio Hall da Fonseca. Deu ainda conhecimento que o Município de Oliveira do Hospital recebeu deste legado uma verba no montante de 334.553,97 € (Trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três euros e noventa e sete cêntimos) e as chaves de dois apartamentos, sítos em Armação de Pêra, no Algarve. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, e nos termos do nº. 1, do artigo 11º do Regulamento de Controlo Interno, proceder à abertura de uma nova conta bancária, especificamente destinada ao movimento das verbas provenientes deste legado. -----

-----3.4.7 - PROGRAMA FRUTA ESCOLAR -----

D.A.G.F.

-----A Vereadora Graça Silva informou os vereadores que a Câmara Municipal aderiu ao “Programa Fruta Escolar”, instituído pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde, dando conta de que o Município de Oliveira do Hospital irá apresentar uma candidatura no âmbito deste projecto, cujo objectivo visa essencialmente a promoção dos hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens, não substituindo programas já existentes, como o do leite escolar. Esclareceu igualmente que se trata de um programa a aplicar nas escolas do 1º ciclo do ensino básico das escolas públicas, e que consiste na distribuição de uma peça de fruta, pelo menos durante dois/três dias por semana, durante o período da manhã ao longo do ano lectivo. -----

-----O Vereador Mário Alves relevou a adesão do Município de Oliveira do Hospital ao “Programa Fruta Escolar”, sugerindo que, para além dos dois/três dias que serão assumidos no âmbito do referido programa, a Câmara Municipal assumia também os restantes dias e distribua fruta diariamente a cada uma das crianças. Salientou ainda que “se queremos educar, não é com um sistema intercalado e parcial que nós educamos. Portanto, se a Câmara Municipal entende que o programa em causa é bom, deve assumir um programa por inteiro e aguardar que o Ministério da Educação tome a mesma posição já no próximo ano lectivo”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal iria analisar essa possibilidade no âmbito da candidatura a apresentar ao programa em causa. -----

-----A Vereadora Graça Silva mais referiu que o assunto ainda se encontra em análise a fim de averiguar da receptividade por parte dos alunos e dos respectivos professores. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----3.4.8 - DOACÃO DE COLECCÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL -----

D.A.G.F.

-----Sobre o assunto, em epígrafe, a Vereadora Graça Silva deu conta de que a doação em causa resultou de um Protocolo celebrado entre a Imprensa Nacional Casa da Moeda e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Disse igualmente que a selecção das colecções foi efectuada tendo por base uma listagem apresentada ao Município de Oliveira do Hospital, no âmbito do dito



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

protocolo. Informou ainda que ao Município de Oliveira do Hospital serão entregues 10 colecções que somam 556 livros, salientando que “é uma mais valia para o património da Câmara Municipal uma vez que decorrem as obras da Biblioteca Municipal, ficando assim com algum fundo de maneo em termos de livros para lá serem colocados”.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - OUTROS ASSUNTOS:-----

-----4.1 - FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - PROGRAMA MASES - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO -----

D.S.T./Proc.22/1

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes à emissão de Licença no que se refere à ampliação do Lar da 3ª Idade (Proc.L-AMP-203.12/09). -----

-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, isentar a Fundação Aurélio Amaro Diniz do pagamento das referidas taxas. -----

-----4.2 - DGAI - DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS/2009 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS -----

D.A.G.F./Proc.16

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 28945, de 16 de Dezembro de 2009, remetido pela DGAI – Direcção Geral de Administração Interna, a dar conta de que está a ser processada, a favor das Câmaras Municipais, a transferência de verbas a que se refere o artº 1º do Decreto-Lei nº 410-B/79, de 27 de Setembro, relativas à eleição supramencionada. -----

-----Na sequência desta comunicação, o Presidente da Câmara propôs que estas verbas sejam transferidas para as respectivas Juntas de Freguesia, em conformidade com os coeficientes previstos na Lei. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----4.3 - DGAI - DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS 2009 - COMPENSAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS -----

D.A.G.F/Proc.16

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 28785, de 15 de Dezembro de 2009, remetido pela DGAI – Direcção Geral de Administração Interna, a dar conta de que está a ser processada, a favor das Câmaras Municipais, a transferência de verbas a que se refere o artº 10º da Lei nº 22/99, de 21 de Abril, relativas à eleição supramencionada. -----

-----Na sequência desta comunicação, o Presidente da Câmara propôs que estas verbas sejam transferidas para as respectivas Juntas de Freguesia, em conformidade com os coeficientes previstos na Lei. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----4.4 - ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Vereador José Francisco Rolo na qualidade de Presidente da ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião de Direcção da mesma, que teve lugar no passado dia 31 de Dezembro de 2009, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos ali tratados e abordados, designadamente o valor das dívidas a fornecedores, à banca, e aos funcionários da ADI, os montantes em dívida dos municípios à Agência, e o valor da comparticipação a transferir pelo IAPMEI, salientando que foram tomadas algumas decisões, nomeadamente relativas a algumas operações bancárias e sobre as quais dará mais pormenores numa próxima reunião do executivo. ---

-----Prestou igualmente alguns esclarecimentos relativamente ao estado financeiro da Agência de acordo com um memorando que foi produzido, dando conta que o projecto aprovado no âmbito do Programa MERCA já teve início no passado mês de Dezembro do ano de 2009.-----

-----Disse ainda que também já foram feitas diligências junto do Ministério da Economia e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas no sentido de, o mais rapidamente possível, serem feitas as transferências relativas aos pedidos de pagamento que foram efectuados no passado mês de Outubro através do sistema *on line* do IAPMEI, o qual foi entregue em formato de papel com todos os documentos assinados na sequência da tomada de posse dos novos membros da direcção da ADI. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Paulo Rocha referiu que à semelhança do que disse na anterior reunião “gosto pouco que as coisas não sejam claras”. Mais referiu que “o senhor vereador disse agora que o pedido de reembolso foi registado em Outubro. Pois, é verdade. Podia era ter dito também que foi feito um pedido de adiantamento em Abril/Maio de 2009, e que andou nos “corredores” do IAPMEI, ou da entidade correspondente, até Outubro a “passear”. Ao que o Vereador José Francisco Rolo respondeu “não quer que eu responda por isso?”-----

-----O Vereador Paulo Rocha disse que “eu não quero que responda por isso, mas devia era ter dito isso também. E devia ter dito ainda que dos projectos do MODCOM que se iniciaram em Setembro do ano transacto, até à data da sua tomada de posse, recebemos zero centimos. Não estou a pôr nada em causa, mas nós não devemos, e é falta de correcção para com os outros, dar informações parciais, é só isso. Porque eu já lhe disse da última vez, e volto a dizer-lhe hoje. Porque como o senhor vereador disse, até agora, vai ter que utilizar este dinheiro para fazer um pedido de pagamento final. O que eu lhe peço é que, no seu fornecimento de informações, seja o mais correcto possível e que o faça pela totalidade para evitar este tipo de questões.” Referiu igualmente que “o senhor vereador vai ter um projecto para executar de cerca de 500.000,00 € (Quinhentos mil euros) de investimento elegível no âmbito do Programa MERCA, ou seja, tem uma comparticipação aprovada na ordem dos 70 a 75%, pelo que vai ser necessária a contrapartida nacional, porque caso contrário terá ainda mais dificuldades financeiras do que tivemos até hoje”. Esclareceu ainda que “quando se fala em vencimentos em atraso, dá ideia que estamos a falar de salários. Não são salários, são recibos verdes”, ao que o Vereador José Francisco Rolo referiu que “há quem tenha salários que não são elegíveis, e faça parte dos quadros da Agência, e depois há os honorários dos colaboradores da ADI”. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou o Vereador José Francisco Rolo de um conjunto de comparticipações que a ADI tem ainda a receber por parte do IAPMEI relativamente a dois projectos que foram aprovados, e oito mil euros de reembolso de IVA. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu que “para além das comparticipações em atraso do MODCOM, há um conjunto de despesas não elegíveis que têm que ser, agora, os municípios a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

pagar”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que à semelhança do que disse o Vereador Paulo Rocha, é uma questão que “tem efectivamente a ver com um conjunto de participações relacionadas com empréstimos bancários e dívidas a fornecedores”. Manifestou ainda a sua preocupação com a situação actual da Agência uma vez que esta está relacionada com os municípios de Tábua e Oliveira do Hospital. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo informou também que “é expectável que no próximo dia 13 de Janeiro de 2010, haja uma reunião entre a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a Câmara Municipal de Tábua para “afinar” as questões relativas à ADI. Disse igualmente que na reunião em que esteve presente a representante da Câmara Municipal de Tábua houve também o compromisso de efectuar as transferências necessárias para a ADI no sentido de solucionar os problemas mais prementes” -----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à questão dos pagamentos ou não pagamentos, sublinhando que “como aqui foi referido pelo Vereador Paulo Rocha, está provado que, efectivamente, a falta de pagamento se deve acima de tudo, e sobretudo, à falta do assumir dos compromissos por parte de um organismo do Estado, que o devia ter feito e que não o fez”, o que no seu entender “não é minimamente compatível, nem compaginável, com aquilo que o Governo defende de pagamentos a noventa dias, ou seja, que o Estado esteja mais de um ano sem transferir um único cêntimo para financiamento dos projectos que estavam em desenvolvimento e que sabiam que estavam em desenvolvimento”. Salientou ainda que “a cada um a sua responsabilidade”, referindo que “a realidade é esta, e tem a ver com duas questões, primeiro se o organismo do estado funcionasse, a ADI não estaria com este problema, porque este problema estaria solucionado, e segundo “se a ADI serve ou não serve objectivamente os fins para que foi criada, ou seja, de apoio ao comércio tradicional e todas as acções que foram desenvolvidas pela ADI foram todas no mesmo sentido, no sentido do apoio e de incremento ao comércio tradicional”. Mais referiu que “se não houvesse ADI não havia MERCA, e esta é que é a realidade, ou seja, com a ADI há a possibilidade de ir buscar 350.000,00 € (Trezentos e cinquenta mil euros) a um projecto para apoio ao comércio tradicional. Sem a ADI zero.” Concluiu referindo que no seu entender a Câmara Municipal deve aprovar a atribuição de uma verba que permita resolver todas as questões pendentes na ADI para que esta possa cumprir os objectivos para que foi criada em termos institucionais pelas duas autarquias, esperando que a autarquia de Arganil possa também aderir ao projecto e vir a fazer parte desta Agência. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “ninguém, pôs em causa a missão da ADI. O que está em causa é que a ADI, neste momento, tem uma asfixia económica que envolve um conjunto de pessoas e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital”. Lembrou ainda que a dívida existente já existia no anterior mandato, entendendo no entanto que não pode ser só o Município de Oliveira do Hospital a “injectar” dinheiro para a ADI, uma vez que existem outros parceiros neste projecto. Deu ainda conta de que em conjunto com o Vereador José Francisco Rolo, na qualidade de Presidente da ADI, efectuou algumas *démarches*, em termos políticos, no sentido de que o Governo honre os seus compromissos financeiros, pois caso contrário admite não haver condições para avançar com os projectos aprovados. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou existirem registos de um pedido de adiantamento das verbas aprovadas, ao que o Presidente da Câmara referiu que ter conhecimento de que o Vereador Paulo Rocha “deu o aval pessoal em empréstimos da ADI”, situação que foi confirmada por aquele responsável. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu que “se o Dr. Paulo Rocha deu avals pessoais para a ADI, também a mim me foram pedidos como Presidente de Direcção”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Paulo Rocha solicitou ao Vereador José Francisco Rolo uma cópia do memorando produzido em sequência da mencionada reunião, ao que aquele responsável informou que o documento em causa ser-lhe-ia entregue. -----

-----Pelo exposto, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **17.000,00 € (Dezassete mil euros)** para fazer face a despesas de funcionamento. -----

-----Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Direcção da ADI, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação da presente proposta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**4.5 – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO** -----

D.A.G.F./DOC.5

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artigo 10º do Regulamento de Fundos de Maneio, autorizar a constituição de um Fundo de Maneio, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, destinado a ocorrer ao pagamento de pequenas despesas correntes, na importância de **600,00 € (Seiscentos euros)**, que ficará sob a responsabilidade da funcionária Anabela de Sousa Rodrigues.-----

-----**4.6 – ADEPTOLIVA – QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2010** -----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a ADEPTOLIVA no ano de 2010, no montante de **1.000,00 € (Mil euros)**, a qual, em caso de necessidade, poderá ser paga por antecipação no total. -----

-----**4.7 – ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2010** -----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, manter a sua quota mensal a transferir para a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital no ano de 2010, no montante de **1.620,00€ (Mil seiscentos e vinte euros)**, a qual, em caso de necessidade, poderá ser paga por antecipação no total. -----

-----Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Direcção da ADI, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto.-----

-----**4.8 – ADESA - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2010** -----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a ADESA no ano de 2010, no montante de **3000,00 € (Três mil euros)**. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----4.9 – CIMPIN – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL INTERIOR
NORTE - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2010 -----**

D.A.G. F

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte no ano de 2010, no montante de 100,00 € (Cem euros). -----

**-----4.10 - ADXTUR - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS
ALDEIAS DO XISTO - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2010 -----**

D.A.G.F.

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a ADXTUR no ano de 2010, no montante de 800,00 € (Oitocentos euros). -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **onze horas e quarenta e cinco minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 5 de Janeiro de 2010-----

Presidente _____

Vereadores _____



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 5 DE
JANEIRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 5 DE
JANEIRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**